

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. A respeito do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), podemos afirmar que:
 - I. caracteriza-se em importante referência para o estudo e o estabelecimento de metas de desempenho para as escolas;
 - II. é uma das provas que compõem o complexo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e da Prova Brasil;
 - III. o desempenho de uma escola no IDEB pode revelar as falhas de aprendizagem de seus alunos.
 - IV. é um instrumento que permite ao INEP medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino;

Estão corretas apenas a afirmativa:

 - a) I, III e IV.
 - b) II, III e IV.
 - c) I e II.
 - d) I e III.
 - e) I, II e III.

2. No início do ano letivo, os professores da Escola Municipal Flor do Amanhã se organizavam para planejar a proposta pedagógica para o ano escolar daquela instituição de ensino. Um grupo de professores, já se preparando para ir embora, entregou à Coordenação Pedagógica sua listagem de conteúdos programáticos a serem desenvolvidos ao longo do período escolar. Porém, Raquel, a diretora escolar solicitou que permanecessem para a reunião de planejamento com todo o corpo docente, baseando-se no Artigo 13 da Lei nº 9.394-96 (de Diretrizes e Bases da Educação), que trata das incumbências dos docentes, quais sejam:
 - a) elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar facultativamente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.
 - b) elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo sua proposta pedagógica, garantindo assim a autonomia pedagógica do docente.
 - c) ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.
 - d) elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.
 - e) ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar facultativamente dos períodos dedicados ao planejamento, provas finais e ao desenvolvimento profissional.

3. O Art. 21 da LDB (Lei 9394/96) estabelece que a educação básica é composta de:
 - a) educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.
 - b) ensino fundamental e profissionalizante.
 - c) educação infantil e ensino fundamental.
 - d) ensino médio e ensino superior.
 - e) educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior.

4. De acordo com a legislação educacional brasileira vigente, a obrigatoriedade com a educação escolar estabelecida como dever do Estado, compreende a seguinte faixa etária:
 - a) 4 aos 16 anos
 - b) 4 aos 17 anos
 - c) 5 aos 14 anos
 - d) 6 aos 14 anos
 - e) 7 aos 14 anos

5. Eliane, diretora de uma escola pública municipal planejou com sua equipe, na primeira reunião do ano, o trabalho a ser desenvolvido com as turmas de Educação Infantil, discutindo especialmente as formas de avaliação das crianças e a distribuição de carga horária pelos dias letivos. Eles também verificaram, nessa reunião, que, de acordo com o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional (nº 9.394/1996) e suas alterações posteriores, a avaliação deve ser feita mediante

- a) realização de provas objetivas e subjetivas visando à promoção para o acesso ao Ensino Fundamental, e carga horária anual 750 horas, distribuídas por um mínimo de 180 dias de trabalho educacional.
 - b) acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, e provas objetivas, com a finalidade de promoção para o acesso ao Ensino Fundamental, e carga horária anual de, no mínimo, 850 horas, distribuídas por um mínimo de 200 dias de trabalho educacional.
 - c) realização de provas subjetivas, com o objetivo de promoção para o acesso ao Ensino Fundamental, e carga horária mínima anual de 700 horas, distribuídas por um mínimo de 180 dias de trabalho educacional.
 - d) acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental, e carga horária mínima anual de 800 horas, distribuídas por um mínimo de 200 dias de trabalho educacional.
 - e) realização de provas objetivas visando à promoção para o acesso ao Ensino Fundamental e Médio, e carga horária mínima anual de 900 horas, distribuídas por um mínimo de 250 dias de trabalho educacional.
6. A avaliação fundamentada nas Diretrizes Nacionais para a Educação Básica compreende Diversidade e Inclusão (2013) pela concepção de educação em três dimensões, que devem ser contempladas no PPP (projeto político-pedagógico) da escola, norteadoras das relações entre gestão escolar, professor, estudante, conhecimento e sociedade.

Conforme as Diretrizes supracitadas, sobre as três dimensões avaliativas é CORRETO afirmar:

- a) A Avaliação da Aprendizagem refere-se às habilidades, conhecimentos, princípios e valores dos sujeitos do processo educativo, articulados aos princípios da educação básica; A Avaliação Institucional Interna é promovida por órgãos superiores dos sistemas educacionais, inclui pesquisas, provas, dados estatísticos e decorrentes de supervisão in loco, ou dados que a substituam; A Avaliação Institucional Externa considera a regulamentação vigente para revisão de objetivos e metas, mediante ação dos segmentos da comunidade escolar, pressupõe indicadores institucionais e clareza quanto à qualidade social das aprendizagens e da escola.
- b) A Avaliação da Aprendizagem é promovida por órgãos superiores dos sistemas educacionais, inclui pesquisas, provas, dados estatísticos e decorrentes de supervisão in loco, ou dados que a substituam; A Avaliação Institucional Interna considera a regulamentação vigente para revisão de objetivos e metas, mediante ação dos segmentos da comunidade escolar, pressupõe indicadores institucionais e clareza quanto à qualidade social das aprendizagens e da escola; A Avaliação Institucional Externa refere-se às habilidades, conhecimentos, princípios e valores dos sujeitos do processo educativo, articulados aos princípios da educação básica.
- c) A Avaliação da Aprendizagem refere-se às habilidades, conhecimentos, princípios e valores dos sujeitos do processo educativo, articulados aos princípios da educação básica; A Avaliação Institucional Interna considera a regulamentação vigente para revisão de objetivos e metas, mediante ação dos segmentos da comunidade escolar, pressupõe indicadores institucionais e clareza quanto à qualidade social das aprendizagens e da escola; A Avaliação Institucional Externa é promovida por órgãos superiores dos sistemas educacionais, inclui

pesquisas, provas, dados estatísticos e decorrentes de supervisão in loco, ou dados que a substituam.

- d) A Avaliação da Aprendizagem considera a regulamentação vigente para revisão de objetivos e metas, mediante ação dos segmentos da comunidade escolar, pressupõe indicadores institucionais e clareza quanto à qualidade social das aprendizagens e da escola; A Avaliação Institucional Interna refere-se às habilidades, conhecimentos, princípios e valores dos sujeitos do processo educativo, articulados aos princípios da educação básica; A Avaliação Institucional Externa é promovida por órgãos superiores dos sistemas educacionais, inclui pesquisas, provas, dados estatísticos e decorrentes de supervisão in loco, ou dados que a substituam.
- e) Não há diretrizes específicas que tratem de três dimensões avaliativas nas instituições, em função de haver autonomia escolar sobre como orientarem seus propósitos avaliativos.
- 7.** Assinale a alternativa que você considera mais adequada em uma concepção de gestão democrática em relação aos diferentes modos de organização do tempo na escola:
- a) Tempo roubado: ações formadoras e prazerosas são realizadas após o horário de trabalho.
- b) Tempo combinado, com alunos, professores, funcionários e equipe gestora planejando em cooperação o que será realizado em cada período.
- c) Tempo livre, desordenado em acontecimentos; as ações são realizadas de acordo com a demanda de ocasião.
- d) Tempo corrido, repleto de atividades sem muito espaço para conversar.
- e) Tempo sequenciado, com hora determinada para tudo.

- 8.** Na obra “A criança de seis anos: no ensino fundamental”, de Andrea Rapoport et alii (2009, p. 9), a mudança para o Ensino Fundamental de Nove Anos, no qual as crianças ingressam com seis anos no primeiro ano e não mais com sete anos na primeira série, faz com que consideremos as suas características, repensando-se o trabalho a ser realizado.

Essa mudança na Lei descrita no enunciado supra permitiu aos professores do ensino infantil:

- a) repensar as estratégias de curricularização.
- b) modificar os procedimentos de avaliação e as estratégias de curricularização.
- c) ampliar as oportunidades de qualificação.
- d) modificar os procedimentos de avaliação.
- e) descartar a obrigatoriedade de alfabetizar.
- 9.** Em 1999, o Ministério do Trabalho reconheceu a Síndrome de *Burn out* como doença profissional (situação de esgotamento das energias físicas e mentais dos trabalhadores que não têm condições de trabalho adequadas e sofrem constantes frustrações) que tanto afeta os profissionais de algumas áreas laborais.
- Assinale a alternativa mais correta. Sobre essa doença profissional, podemos afirmar que:
- a) A síndrome afeta preferencialmente profissionais das áreas de saúde e educação, quando em contato direto com usuários.
- b) Passividade, aceitação e sujeição constituem as formas usuais de expressão e relacionamento de quem não encontrou formas de superar os problemas.
- c) A exaustão emocional que ocorre quando a pessoa percebe esgotadas as energias e os recursos emocionais próprios é um dos sintomas relacionados à síndrome.
- d) O desenvolvimento de atitudes negativas e de cinismo para com as pessoas destinatárias do trabalho é comum entre os portadores.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

10. O Artigo 13 da LDB (Lei nº 9.394-96), aborda no Título IV - Da Organização da Educação Nacional, as incumbências dos docentes. Qual das alternativas seguintes é a verdadeira?

- a) elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo sua proposta pedagógica, garantindo assim a autonomia pedagógica do docente.
- b) elaborar e executar políticas e planos educacionais nacionais; coletar e analisar informações sobre educação superior
- c) zelar pela conservação do patrimônio público e conscientizar a comunidade; administrar recursos materiais e financeiros do seu município
- d) participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; zelar pela aprendizagem dos alunos.
- e) colaborar com as atividades de articulação da escola com a Secretaria de ensino fundamental do MEC; baixar normas complementares para o seu sistema de ensino

11. Socorro, diretora de uma escola do interior do Estado, mostra-se preocupada com o fato da escola não estar preparando os alunos para enfrentar os desafios que chegam para as gerações mais novas, sobretudo no mundo do trabalho como o conhecimento relativo ao nível de escolaridade. Na sua opinião, qual das opções a seguir reúne as atitudes mais CORRETAS a serem tomadas pela diretora Socorro?

- a) Falar para os professores que podem continuar com a metodologia usada em sala de aula pois os alunos de hoje não querem nada.
- b) Reunir os professores e chamar a atenção de todos sobre o pouco conhecimento dos alunos, tendo como base os resultados do Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB) ou outras avaliações externas nas quais a escola está incluída.

- c) Ir de classe em classe, dizendo aos alunos que eles têm envergonhado a escola com seus resultados e que devem estudar mais.
- d) Reunir os professores, analisar os resultados dos alunos e, à luz da análise, tomar algumas medidas coletivas, que podem ser: rever a programação, discutir as atividades de ensino mais utilizadas pelos professores e quais as que têm dado melhor resultado, incentivar os esforços dos professores, chamar os pais para dividir as preocupações e orientar a melhor forma para eles acompanharem as tarefas de casa de seus filhos.
- e) Organizar aulas de recuperação para todos os alunos com baixo rendimento.

12. O Título IV da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394/96) estabelece a 'Organização da Educação Nacional' na qual define as incumbências dos entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios). Desta forma, acerca das incumbências relativas à União, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Financiar os entes federativos para que montem seus próprios processos de avaliação do rendimento escolar no ensino médio e superior, objetivando a definição de diretrizes para a melhoria do ensino.
- b) Apresentar um Plano Nacional de Educação elaborado por seu corpo de técnicos, que servirá de referência aos Estados, Distrito Federal e Municípios na elaboração de seus próprios planos.
- c) Exercer função redistributiva e supletiva para que os demais entes da federação consigam atingir o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória.
- d) Normatizar acerca do funcionamento, extinção e outros aspectos relativos aos cursos de graduação e pós-graduação nas instituições públicas e privadas de ensino.
- e) Zelar pela educação estadual e municipal.

13. Suponhamos que você esteja na direção de uma instituição de ensino. Em relação a situações do cotidiano escolar: Um pai chega à escola reclamando do trabalho da equipe escolar. O que você faz?

- a) Manda o pai embora, achando um desaforo ele vir criticar seu trabalho.
- b) Ouve o que ele tem a dizer e depois o convida a se retirar.
- c) Convida-o para uma conversa, pedindo sugestões de como melhorar o trabalho da escola.
- d) Ouve suas reclamações, conversa com ele e o convida para participar de projetos na escola que visem a sua melhoria.
- e) Ouve a equipe escolar que apresenta sua justificativa.

14. Ainda no tocante a situações do cotidiano escolar: Os alunos reclamam de um determinado professor. Você, como dirigente da unidade escolar:

- a) Fala para os alunos que eles estão reclamando sem razão e manda-os voltar para a sala.
- b) Ouve suas reclamações, conversa com eles e depois faz advertência ao professor.
- c) Ouve suas reclamações, conversa com eles, conversa com o professor e depois reúne ambos e discute o problema e suas possíveis soluções.
- d) Ouve os alunos e o professor, depois toma a decisão sozinho.
- e) Ouve apenas o professor que apresenta suas razões.

15. Em uma das primeiras reuniões de sua escola a coordenadora pedagógica contou com a presença de gestores, professores, funcionários da escola, pais, alunos e representantes da comunidade para discutir a construção do PPP da instituição escolar. A certa altura da discussão, a coordenadora pedagógica aponta a importância e necessidade de construir o projeto pedagógico da escola.

Considerando a situação descrita e os estudos feitos sobre essa questão, assinale, dentre as alternativas seguintes, aquela que justifica a importância de a escola realizar essa tarefa, com base no que é definido pela LDB (Lei nº 9.394/96):

- a) Porque não possibilita aos vários segmentos da escola a busca da inovação de sua prática.
- b) Porque estimula a escola a identificar seus problemas e aguardar que outros os resolvam.
- c) Porque não leva a escola a perceber a relação existente entre autonomia e responsabilidade.
- d) Porque pode revelar o nível ilimitado de liberdade e autonomia da escola.
- e) Porque abre espaços e amplia o nível de participação dos vários segmentos da escola.

16. A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de Diretrizes e Base da Educação Nacional, estabelece em seu Artigo 3º que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios, EXCETO:

- a) Gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino.
- b) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- c) Consideração com a diversidade étnico-racial.
- d) Vinculação entre educação social, o trabalho e as práticas escolares.
- e) Garantia de padrão de qualidade.

17. O A frequência dos alunos constitui fator importante para o sucesso do processo ensino/aprendizagem. Assim sendo, o inciso VIII do artigo 12 da LDB (Lei nº 9.394/96) traz a seguinte redação:

VIII – notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem

quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei.

Logo, quando o gestor escolar se vê diante de um aluno com muitas faltas, deve, primeiramente:

- a) conversar com os professores para que eles sejam menos rígidos e flexibilizem as marcações de faltas no diário de classe;
- b) convocar a família antes que o aluno atinja o percentual apontado, buscando resolver o caso dentro da escola;
- c) elaborar documento que regulamente a legislação dentro da escola, tratando as faltas de maneira mais rígida que a lei.
- d) aguardar que o aluno atinja a metade do número máximo de faltas estabelecido por lei e notificar as autoridades competentes;
- e) consultar outros membros da comunidade escolar, que não os responsáveis legais, a fim de obter informações sobre o motivo das faltas que possam respaldar processos judiciais contra esses responsáveis.

18. Segundo o artigo 31 da LDBEN n° 9.394/1996 É CORRETO afirmar que dentre as regras comuns à organização da Educação Infantil, uma é:

- a) atendimento à criança de no mínimo 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 8 (oito) horas para a jornada integral.
- b) controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 50% (cinquenta por cento) do total de horas.
- c) controle de frequência pela instituição escolar, sem exigência da frequência mínima.
- d) expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.
- e) avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças com o objetivo de promoção para o ensino fundamental.

19. Nas últimas décadas, a avaliação escolar apresenta três funções possíveis, quais sejam: somativa, diagnóstica e formativa. Mas a ênfase dada pela pedagogia tradicional à avaliação somativa deu lugar à avaliação formativa, por ser mais compatível com as concepções contemporâneas do educando como agente da sua aprendizagem, bem como com a busca de um desenvolvimento autônomo e preservação da autoestima. Logo, em toda a educação básica e, particularmente, na educação infantil, a avaliação formativa deve ser priorizada.

Pode-se considerar uma boa prática de avaliação formativa:

- a) os testes ou atividades aplicadas na seleção de candidatos a emprego pelos setores de RH.
- b) portfólio ou os registros dos trabalhos sobre a vida escolar de cada aluno.
- c) a Provinha Brasil, que afere o desempenho da leitura no 1º ano do EF.
- d) o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).
- e) o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

20. Conforme a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), de 1996, a “avaliação far-se-á mediante o acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”. Logo, sobre a prática da avaliação na educação infantil, é CORRETO afirmar, segundo a LDB, que:

- a) a avaliação deve ter caráter formativo, sem produzir notas ou reprovações ao final de cada ciclo.
- b) no acompanhamento do desenvolvimento infantil, só serão registrados os fatos positivos.
- c) as notas devem ser substituídas por conceitos do tipo: ótimo, bom, regular ou fraco.
- d) a aprovação do aluno deve estar condicionada ao seu desempenho global, e não aos conteúdos.
- e) é interessante apontar ou registrar os fatos negativos e dificuldades.